

Diário Oficial da União

O termo do acordo entre a Secretaria de Portos e a Libra Terminais, acertando a arbitragem da dívida cobrada pela Codesp da operadora, foi publicado na edição de ontem do Diário Oficial da União.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Libra fecha acordo com SEP e garante projeto de R\$ 750 mi

Dívida de mais de R\$ 1 bilhão cobrada da operadora, pela Codesp, será definida em uma câmara de arbitragem

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

A operadora Libra Terminais e a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) fecharam um acordo a fim de resolver um dos maiores conflitos judiciais do setor portuário brasileiro. A dívida que a administração do Porto de Santos cobra da empresa há 17 anos – avaliada pela Codesp, hoje, em mais de R\$ 1 bilhão – será definida em um processo de arbitragem.

Com a medida, a Secretaria de Portos (SEP) antecipou a renovação dos contratos de arrendamento dos terminais da operadora no cais santista até 2035. E a empresa anunciou investimentos de R\$ 750 milhões nessas instalações.

A arbitragem é uma forma alternativa, prevista em lei, para acabar com conflitos sem utilizar o Poder Judiciário. A sentença arbitral tem o mesmo efeito da convencional, mas o processo é considerado mais rápido, levando até dois anos.

Neste caso, o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá definirá os valores a serem pagos pela Libra à Codesp, cuja dívida se arrasta desde 1998. Calculado o valor do passivo, a empresa terá o prazo máximo de cinco anos para quitá-lo.

Logo após o arrendamento da área do Terminal 35, na Ponta da Praia, a Libra começou a contestar as faturas da Docas. A alegação era de que a área recebida era menor do que a prevista no edital. Além disso, a linha férrea não havia sido removida do meio do terreno e faltava profundidade nos berços de atracação.

A briga foi parar na Justiça e se arrasta há 17 anos. A estimativa é de que, hoje, a dívida da operadora portuária ultrapasse R\$ 1 bilhão, de acordo com o diretor-presidente da Codesp, Angelino Caputo e Oliveira.

“Com o imposto em cima do faturado, a Codesp pagava mais do que recebia. Essa é uma data histórica porque se resolve um problema, se antecipa um investimento e ainda se moderniza o Porto”, afirmou.

Para solucionar a questão, a Libra e a Codesp se comprometeram a retirar as ações referen-



CARLOS NOGUEIRA

A Libra Terminais opera três terminais de contêineres – o T-33, o T-35 e o T-37 – na região da Ponta da Praia do complexo marítimo santista

tes ao caso que tramitam na Justiça. E a operadora portuária irá investir R\$ 750 milhões nos próximos anos, nas três áreas arrendadas pela empresa, que foram unificadas. Além disso, outra contrapartida foi a cessão de um berço da instalação, que será utilizado pelos terminais de grãos, que operam no Corredor de Exportação da Ponta da Praia.

O processo de arbitragem deve durar dois anos. Nesse período, a Libra pagará novos valores pelo arrendamento e pela operação de cargas. As cifras, definidas pela Docas, serão as mais caras cobradas pelos terminais de contêineres do cais santista: R\$ 4,39 por metro quadrado e R\$ 32,64 por contêiner movimentado.

RESCISÃO

“A antecipação do contrato foi feita mediante salvaguardas jurídicas importantes. O que for decidido na arbitragem terá de ser cumprido pela empresa, sob pena de rescisão contra-

O conflito judicial

A disputa judicial entre Libra Terminais e Codesp envolve o arrendamento da área do Armazém 35 do Porto de Santos. A licitação do terreno, em 1998, foi vencida pelo consórcio Libra/Boreal ao oferecer a melhor proposta - a cifra a ser paga pelo uso da área portuária foi dez vezes maior do que a prevista no edital e o valor do contêiner

movimentado, cinco vezes superior à cifra de referência. Mas no mesmo ano, a empresa questionou o quanto deveria pagar, repassando à Docas quantias inferiores. A medida foi tomada, segundo a Libra, pois a Autoridade Portuária não entregou o terreno prometido na licitação. A área recebida tinha 82 mil m², quando o previsto eram

100 mil m²; as linhas férreas que passavam pelo centro da gleba tinham de ser retiradas, o que não ocorreu; e os berços de atracação não tinham a profundidade anunciada, o que limitava a operação dos navios. A partir daí, uma batalha judicial foi travada e, apesar de eventuais negociações, até ontem não havia uma perspectiva de solução.

tual”, explicou o ministro dos Portos, Edinho Araújo. Ele lembra que, caso o processo arbitral não seja concluído por alguma razão, o contrato pode ser rescindido e a empresa perderá os investimentos feitos.

Para o ministro, o acordo “é vantajoso para o poder público, a Codesp e a empresa”, pois, com a pendência judicial, a Libra recolhia só um valor estimado mensalmente à Docas.

Terminais terão capacidade dobrada

Além da negociação da dívida, a Libra Terminais se comprometeu a investir R\$ 750 milhões nas três áreas que arrendou no Porto de Santos. Seus contratos foram unificados e o prazo de arrendamento, ampliado até 2035. Com isso, a empresa quase dobrará sua capacidade de movimentação anual de cargas, saltando dos atuais 900 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) para, pelo menos, 1,8 milhão de TEU.

Esse crescimento ocorrerá com a unificação das três áreas, T-33, T-35 e T-37, na Ponta da Praia, que hoje estão divididas e cortadas pela linha férrea. Os ramais ferroviários serão retirados com as obras do novo trecho da Avenida Perimetral da Margem Direita (Santos), na Ponta da Praia, cujas intervenções deverão ter início nos próximos meses.

Essa nova disposição possibilitará que o cais do terminal passe dos atuais 1.085 metros para os 1.312 metros, ampliando o local onde os navios podem ficar atracados. A área total do terminal unificado passará a ser de 200 mil metros quadrados.

Segundo o presidente da Libra Terminais, Marcelo Araújo, será possível aumentar o fluxo de cargas através das novas linhas férreas no terminal. Com o plano de investimento, também será possível a construção de mais um berço de atracação, na extensão do T-35. Assim, a empresa terá três pontos para grandes navios, que poderão acomodar até quatro cargueiros menores.

Por isso, a Libra concordou em abrir mão do berço do T-37, quando a obra for concluída. Isso possibilitará o reordenamento do Corredor de Ex-

portação de grãos da Ponta da Praia, alvo de uma licitação.

Para o presidente da Libra, a renovação do contrato da empresa é o primeiro projeto concretizado do Programa de Investimentos em Logística (PIL), do Governo Federal. “Isso renova o nosso compromisso com o setor, com investimentos em infraestrutura no Brasil”, afirmou Araújo.

Para o ministro dos Portos, Edinho Araújo, há outras vantagens decorrentes da unificação do terminal. “A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e a Codesp passam a fiscalizar e regular um único contrato e a empresa ganhará com o alfandegamento unificado, diminuindo a burocracia. Ao final do prazo contratual, os terminais voltam para o poder público com todas as benfeitorias e poderão ser novamente licitados”, afirmou.